

Brasília, 04 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

Evento "Mulheres na Arbitragem" 3

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

O papel do jurídico interno na Copa do Mundo: Muito além dos contratos 4

Portal Leo Dias

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Globo nega disputa por nome "Menos é Mais" com grupo de pagode 7

Economia & Negócios - Estadão

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Denominação de Origem

Relatório do Escritório Comercial dos EUA mantém Brasil em lista de 'lista de vigilâ... 8

Época Negócios - Online

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Governos e empresas correm contra o tempo para criar regulação adequada às mud... 9

Evento "Mulheres na Arbitragem"



O Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB/SP), por meio de sua **Câmara de Arbitragem**, tem a satisfação de convidar a comunidade jurídica, notadamente a arbitral e notarial, para o evento "Mulheres na Arbitragem", que será realizado no dia 7/5/26.

Este encontro tem como objetivo central promover o diálogo sobre o protagonismo feminino e a excelência técnica na condução de métodos adequados de solução de controvérsias. Em um cenário de fortalecimento da desjudicialização, a **Câmara de Arbitragem** do CNB/SP propõe um espaço para compartilhar visões estratégicas sobre a liderança feminina e os desafios práticos da atividade arbitral no ambiente extrajudicial.

Será uma oportunidade única para debater o futuro da arbitragem sob a ótica de profissionais que atuam na vanguarda do setor, fomentando o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das instituições notariais.

Inscreva-se no site do Colégio Notarial.(Imagem: Divulgação)

Destaques do encontro:

Liderança institucional: O papel da mulher na gestão de conflitos e em Câmaras de Arbitragem.

Segurança jurídica: A relevância da técnica notarial aplicada aos procedimentos arbitrais.

Networking estratégico: Conexão entre tabeliães, advogados e especialistas da área.

Cultura da desjudicialização: O impacto da atuação extrajudicial na eficiência do sistema jurídico.

Serviço:

Evento: "Mulheres na Arbitragem"

Data: 7/5/26

Horário: Das 13h às 18h

Local: São Paulo/SP

Endereço: Auditório do CNB/SP - Rua Bela Cintra, 746, 11º andar

As inscrições já estão abertas e as vagas são limitadas, visando garantir a qualidade do debate e a interação entre os participantes.

Para realizar sua inscrição, .

O papel do jurídico interno na Copa do Mundo: Muito além dos contratos



A realização de uma Copa do Mundo vai muito além da dimensão esportiva. Quando se olha para um evento dessa magnitude, fica claro que o jogo é apenas a parte mais visível de uma operação muito maior. Por trás dele, existe uma estrutura complexa que envolve decisões comerciais, fornecedores, patrocinadores, regulações locais e internacionais, além de uma operação logística intensa e altamente sensível.

A relação com fornecedores, patrocinadores e parceiros exige atenção desde o início. O jurídico, em conjunto com áreas como compliance e governança, atuam bem antes de o contrato ser assinado (ou deveriam). Realizam due diligence desses atores, avaliando riscos reputacionais, financeiros, regulatórios e de integridade que possam comprometer não apenas uma negociação específica, mas também a imagem e a credibilidade de todo o evento.

Em uma operação como essa, trabalhar de forma integrada com marketing, operações, compliance, financeiro e outras áreas deixa de ser diferencial e passa a ser parte da rotina.

Na prática, muitas vezes o maior desafio não está no contrato em si, mas em fazer com que ele funcione dentro da realidade do negócio. Entender a urgência da área, o objetivo comercial e os efeitos dessa decisão fazem toda a diferença. Redigir bem

não é suficiente; o contrato precisa fazer sentido quando sair do papel.

A dinâmica de um evento dessa magnitude exige rapidez. Contratações, ajustes e negociações acontecem em prazos curtos e, quase sempre, sob pressão. Nem sempre haverá tempo para o cenário ideal.

Nesse sentido, o jurídico precisa desenvolver senso de urgência e capacidade de priorização. Saber onde insistir, onde flexibilizar e quais riscos realmente merecem atenção é tão importante quanto conhecer a cláusula perfeita. Rigor excessivo pode, em algumas situações, prejudicar a própria execução.

Diferentemente de operações tradicionais, na Copa do Mundo o risco não é apenas prevenido; é administrado em tempo real.

Questões contratuais, regulatórias e operacionais surgem de forma muito dinâmica, exigindo respostas rápidas e estratégicas que precisam estar alinhadas com o negócio. O jurídico atua como ponto de equilíbrio entre proteção e viabilidade.

O papel educacional do jurídico

Um dos papéis mais importantes e menos visíveis do jurídico interno é a conscientização das áreas de negócio.

Nem sempre o desafio está em dizer "não", até porque esse nem deveria ser o papel do jurídico interno, mas em explicar por que determinado cuidado precisa existir. Muitas vezes, a área solicitante enxerga apenas a urgência da demanda, sem visualizar os riscos envolvidos ou até mesmo as alternativas possíveis.

Cabe ao jurídico apresentar medidas mitigadoras, sugerir caminhos mais seguros, sinalizar quando a contratação de seguros pode ser uma forma de mitigar riscos, desde que cabível, estruturar garantias contratuais ou até mesmo orientar sobre estratégias futuras de responsabilização e recuperação de prejuízos, quando necessário.

Traduzir risco em termos práticos, demonstrar impacto e construir soluções conjuntas costuma ser muito mais eficiente do que simplesmente aprovar ou barrar uma demanda. O jurídico eficiente é aquele que traduz complexidade em clareza.

Antes, durante e depois do evento

A atuação jurídica não começa nem termina com o torneio.

Antes, há a estruturação contratual, análise de parceiros, definição de governança e preparação da operação.

Durante, a atuação se intensifica. As áreas devem receber todo o suporte, assim como a necessidade de respostas rápidas para incidentes, ajustes e decisões urgentes.

Depois do evento, ainda existem encerramentos contratuais, auditorias, eventuais disputas e revisões importantes. É justamente nessa fase que muitos aprendizados aparecem.



Gabriela Fernanda Silva da Motta Gabriela Fernanda Silva da Motta

Criar um banco de lições aprendidas faz uma real diferença. Registrar boas práticas, ajustes necessários e pontos de atenção fortalece a governança e evita que erros se repitam em operações futuras.

Eficiência operacional e gestão contratual

Em operações dessa magnitude, a eficiência contratual deixa de ser apenas uma questão de organização e passa a ser uma necessidade estratégica.

O volume de contratos cresce muito e, com ele, cresce também a necessidade de rastreabilidade, agilidade e segurança. Fornecedores, patrocinadores, ativações de marca e prestadores de serviço

exigem respostas rápidas e controle constante.

Ferramentas de CLM - Contract Lifecycle Management podem ajudar bastante nesse processo, especialmente no controle de fluxos de aprovação, versionamento, prazos, assinaturas e armazenamento de documentos.

Mas a realidade é que muitos jurídicos ainda não contam com esse tipo de estrutura. E isso não significa necessariamente uma gestão ruim.

Muitas vezes, uma boa operação começa com medidas simples: minutas padronizadas, referências cruzadas no Word para evitar inconsistências, controles internos bem definidos, fluxos claros de aprovação e ferramentas de assinatura eletrônica que realmente funcionem.

Nem sempre o problema é falta de sistema. Às vezes, é falta de processo.

Mais do que tecnologia, trata-se de previsibilidade, controle e governança. Quando isso existe, o jurídico consegue dedicar energia ao que realmente exige análise estratégica.

Propriedade intelectual e exploração de marca

A proteção e a exploração de direitos de **propriedade intelectual** são outra questão central.

Hoje e mais do que nunca, o esporte também se conecta diretamente com plataformas digitais, campanhas de marketing, patrocinadores e novas formas de engajamento de audiência, inclusive em ambientes altamente regulados.

Isso torna a gestão desses direitos ainda mais complexa. Não se trata apenas de proteger a marca, mas de acompanhar como ela está sendo utilizada, em que circunstâncias e com quais impactos regulatórios e reputacionais.

A experiência brasileira com a lei geral da Copa (lei 12.663/12) reforça bem essa lógica ao estabelecer medidas específicas para a proteção dos direitos comerciais da FIFA, especialmente em relação à exploração de marcas, imagens e demais ativos relacionados ao evento.

A legislação deixou claro que, em megaeventos esportivos, proteger marca não é apenas uma questão patrimonial. É uma decisão estratégica e reputacional.

Como observa Martin Müller, pesquisador de referência em estudos sobre megaeventos esportivos,

no artigo *What Makes an Event a Mega-Event? Definitions and Sizes*, megaeventos ultrapassam a dimensão esportiva e envolvem alcance midiático, altos custos e forte capacidade de transformação institucional.

Quando se entende isso, fica mais fácil perceber que a atuação jurídica não se limita à formalização de contratos ou à prevenção de riscos pontuais. Ela passa a integrar a própria estratégia de sustentabilidade, reputação e entrega do evento.

Gabriela Fernanda Silva da Motta Advogada corporativa com atuação em contratos empresariais, legal operations e assessoria jurídica estratégica para empresas de grande porte e operações multinacionais

em ambientes regulados.

Globo nega disputa por nome "Menos é Mais" com grupo de pagode



Veja as fotos

Exclusivo Globo nega disputa por nome "Menos é Mais" com grupo de pagode

O grupo musical utiliza o mesmo nome que a emissora deu para um projeto de sustentabilidade

Letícia Campos

30/04/2026 às 22:13

Rumores de uma possível disputa entre a Globo e o Menos é Mais pelo uso do nome do grupo de pagode, no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** movimentaram as redes nesta semana. A especulação surgiu porque a emissora também utiliza a expressão em um projeto de sustentabilidade. O portal LeoDias procurou as partes envolvidas para esclarecer a situação.

Procurada pela reportagem, a Rede Globo negou que exista a disputa com o grupo e afirmou que ambos realizaram um acordo para o uso do nome: "A informação sobre a disputa não procede. Globo e o grupo Menos é Mais têm um acordo de uso da marca", informou a assessoria da emissora.

O portal LeoDias também procurou o grupo de pagode Menos é Mais, mas até o momento da publicação desta matéria não obteve retorno.

A disputa se daria pelo fato do grupo musical tentar registrar a marca no **INPI** e ter a solicitação negada devido à afinidade mercadológica entre as atividades de entretenimento. Isso porque o Grupo Globo já teria registrado o termo "Menos é Mais" e utilizado em projetos de sustentabilidade desde de 2015.

Relatório do Escritório Comercial dos EUA mantém Brasil em lista de 'lista de vigilância'



O Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) divulgou nesta quinta-feira, 30, o seu Relatório Especial 301 de 2026, que analisa a situação global da proteção e da aplicação (fiscalização) de direitos de **propriedade intelectual** entre os parceiros comerciais dos EUA. O comunicado do USTR informa que mais de cem parceiros comerciais foram avaliados e que o Vietnã foi identificado como um "País Estrangeiro Prioritário". Essa designação significa que o escritório decidirá, em até 30 dias, se iniciará uma investigação com base na Seção 301 sobre as práticas de **propriedade intelectual** do Vietnã. A Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 autoriza o governo norte-americano a investigar e adotar medidas como tarifas ou sanções comerciais contra países acusados de práticas consideradas desleais.

Entre as mudanças de classificação na edição de 2026, seis países foram colocados na Lista de Vigilância Prioritária (Chile, China, Índia, Indonésia, Rússia e Venezuela), enquanto 19 parceiros comerciais estão colocados na Lista de Vigilância, entre eles o Brasil. Argentina e México saíram da "Lista de Vigilância Prioritária" para a "Lista de Vigilância", o que segundo o relatório se deve a melhorias relevantes em suas políticas de **propriedade intelectual**. Em relação ao Brasil, o relatório afirma que os EUA mantêm uma preocupação de longa data com "importação, distribuição, venda e uso generalizado de mercadorias falsificadas", como consoles de jogos e streaming ilícitos. Menciona o desvio de sinal em serviços de streaming e a circulação de produtos falsificados na Rua 25 de Março, tradicional centro de comércio popular na cidade de São

Paulo. "Apesar de batidas policiais e apreensões em larga escala, a região da Rua 25 de Março continua sendo um dos maiores mercados de produtos falsificados, em parte porque as operações não são seguidas de penalidades de efeito dissuasório", afirma o relatório. "O Porto de Santos, que é o porto de contêineres mais movimentado da América Latina, e a região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina também continuam a ser pontos de entrada significativos para produtos falsificados."

Estados Unidos abrem nova investigação comercial contra o Brasil. EUA anunciam investigações que podem abrir caminho para novas tarifas contra China e outros países. EUA abrem investigação contra China e UE e reacendem risco de nova guerra comercial. No documento, os EUA encorajam o Brasil a aderir, o mais rapidamente possível, à **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO)**, na sigla em inglês), ao Tratado da sobre Interpretações e Execuções e Fonogramas e ao Tratado sobre o Direito ao Autor. A proteção forte aos **direitos autorais** representa um incentivo crucial para o investimento em inovação no país, observa o relatório. "Os Estados Unidos instam o Brasil a garantir transparência e o devido processo legal na proteção de **indicações geográficas** (IGs), e a assegurar que a concessão de proteção de IG não prive as partes interessadas da capacidade de usar nomes comuns, particularmente à medida que o Brasil avança com o Acordo Comercial União Europeia (UE)-Mercosul", afirma o documento.

Governos e empresas correm contra o tempo para criar regulação adequada às mudanças provocadas pela IA



Aceleração da adoção da tecnologia deixa empresas de olho na segurança jurídica

Atentos ao potencial da inteligência artificial para redefinir mercados, economia, sociedade e até a geopolítica mundial, países de todos os continentes têm se mobilizado para estudar e implementar marcos regulatórios em torno das novas tecnologias - que costumam surgir e se popularizar muito antes que qualquer projeto de lei saia do papel.

Nos últimos anos, os governos têm se dividido basicamente entre três modelos de regulação. O primeiro é calcado em risco, adotado pela União Europeia (UE) e considerado por especialistas como referência para o debate. Há também um enfoque intermediário em fomento e governança, usado por países como o Reino Unido. Já dos Estados Unidos de Donald Trump vem o esforço pela desregulamentação, inclusive com pressão diplomática e tarifária sobre a UE para alterar suas regras. Um cenário de poucas certezas e muitas obrigações e riscos para empresas que atuam nesse segmento, ainda segundo especialistas.

Para eles, não adianta esperar o cenário regulatório se definir para tomar as medidas necessárias.

- O risco de insegurança jurídica não vem só da falta ou da mudança da lei, mas também de empresas que esperam a lei sair para só então se organizar. Quem usa IA no Brasil, por exemplo, já está exposto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Código de Defesa do Consumidor (CDC), regras setoriais, **propriedade intelectual**, deveres de infor-

mação e responsabilidade civil. Essas empresas precisam construir desde já uma governança operacional de IA - alerta André Zanatta, sócio da área de Tecnologia, Privacidade, IA e Law Enforcement do Felsberg Advogados, escritório especializado em direito empresarial.

Na prática, diz Zanatta, empresas globais já operam combinando governança, gestão de risco e controles que precisam funcionar em diferentes jurisdições ao mesmo tempo.

- O mercado já entendeu que publicar princípios éticos no site não resolve - completa.

Distintas escolhas

Para Ricardo Santana, sócio-líder de Data & Analytics, Automação e Inteligência Artificial da KPMG no Brasil, o principal desafio para empresas globais é como se posicionar nesse cenário de distintas escolhas regulatórias.

De acordo com Santana, o modelo europeu é o mais consolidado. Tem regras proporcionais ao risco de cada aplicação e inclui um forte arcabouço voltado para medidas de governança, rastreamento e explicabilidade - ou seja, o modelo precisa ter suas decisões e algoritmos entendidos por humanos. De acordo com o especialista, lá as multas por descumprimento podem chegar a 7% da receita global anual, um patamar considerado severo e que explica, em parte, a reação do governo norte-americano e das big techs, corporações mais sujeitas a possíveis penalidades.

A Comissão Europeia lançou uma proposta de revisão, conta Santana, referindo-se ao Digital Omnibus, de novembro de 2025.

- A proposta é adiar parte das obrigações de sistemas de alto risco, reduzir exigências documentais para pequenas e médias empresas e reforçar a supervisão de modelos de propósito geral - explica Santana, que considera o movimento um reconhecimento de que a implementação enfrenta desafios de coordenação e de ferramentas de conformidade.

Professor pesquisador em tempo integral da FGV Direito Rio e Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS-FGV), Luca Belli resume:

- O foco dos Estados Unidos não é o risco do sistema de IA contra usuários ou humanos, como no modelo europeu, mas contra a segurança nacional. Eles não têm regulação de risco, mas uma maneira de regular totalmente irresponsável - diz ele, atribuindo a iniciativa da Comissão Europeia à pressão do governo Trump e dos principais nomes do Vale do Silício.

Políticas de fomento

No Brasil, esse debate se materializa no Projeto de Lei nº 2.338/2023, principal tentativa de criar um marco regulatório para inteligência artificial.

A proposta segue linha próxima à europeia, baseada em risco, já foi aprovada no Senado e está em análise na Câmara - mas se arrasta há mais de três anos. Em exemplos recentes, como a própria LGPD e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital, foi necessário um caso concreto de violação para que o projeto em questão fosse aprovado.

Paralelamente, o governo federal tem iniciativas de regulação por meio de políticas de fomento. É o caso do Sistema Nacional para Desenvolvimento, Regulação e Governança de IA, do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial Para Todos e do projeto que busca aprovar incentivos fiscais para atrair data centers.

- O Brasil tem ativos tecnológicos e estratégias, como alavancar compras públicas. Precisamos ter uma abordagem de sistema se não quisermos ser uma colônia digital - afirma o professor da FGV, autor do livro "Diálogos Atlânticos de Tecnologia", que trata do tema.

Belli considera acertada a estratégia do Brasil de combinar regulação e fomento. Ele se preocupa, porém, com a capacidade brasileira de implementação da futura lei. Uma das questões problemáticas é que o PL coloca a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como principal agente de regulação, mas o órgão já sofre com falta de recursos financeiros e humanos para cumprir apenas com suas obrigações originais.

- O sistema de governança é muito positivo, inclui também um Conselho Setorial, mas quem vai de fato regular é a ANPD, que não é reconhecida por ser um órgão efetivo do sistema de regulação brasileira - diz, destacando que, desde a sua criação, a agência impôs apenas uma sanção. - Não é possível que o país tenha tido apenas um caso de violação de dados em todo esse tempo.

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Arbitragem	1
Denominação de Origem	6
Direitos Autorais	6
Entidades	6
Marco regulatório INPI	5
Propriedade Industrial	5
Propriedade Intelectual	2,3,4,6,7,8